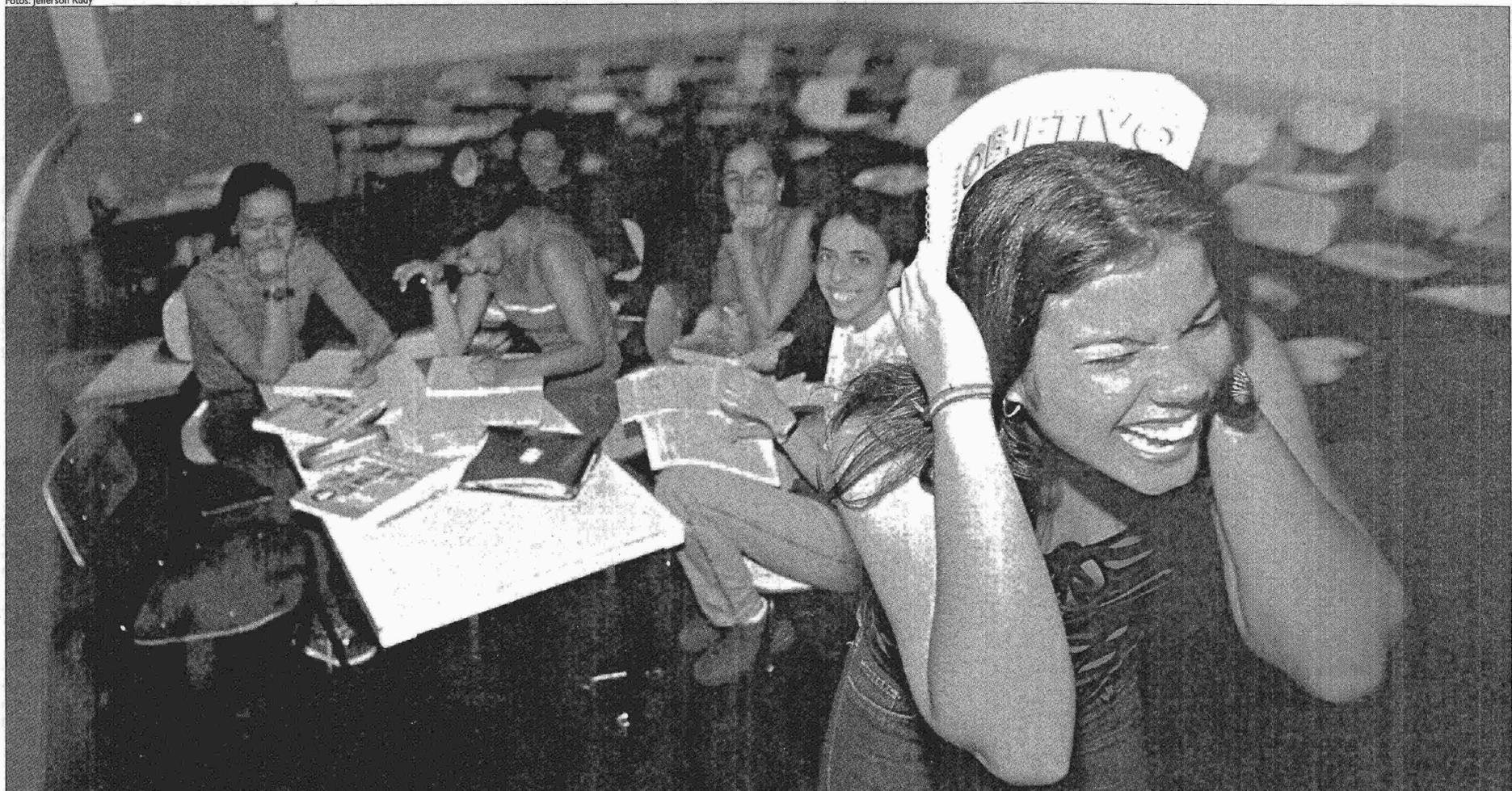


MARINA OLIVEIRA

e-mail: educacao@cbdt.com.br

EDUCAÇÃO

Fotos: Jefferson Rudy



Alunas do pré-vestibular Objetivo: medo de que um currículo mais livre torne o discutido vestibular ainda mais difícil, pois nenhum deles acredita em uma transformação radical nos processos de seleção das universidades brasileiras

Pedras no caminho do novo 2º grau

Mudança prevista na LDB só poderá ser feita caso professores, alunos e até universidades se adaptem ao ensino multidisciplinar

Primeiro, foi o *carnaval* do Ministério da Educação (MEC), anunciando uma mudança na estrutura do ensino de 2º grau já para o ano que vem. Depois, veio a decisão do Conselho Nacional de Educação (CNE) de que a reforma seria adiada, pelo menos até 1999. O motivo principal para justificar a espera: falta de dinheiro, principalmente para treinar os professores e modernizar a infra-estrutura das escolas.

Os professores são mesmo as peças principais nesse quebra-cabeça. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) propõe uma substituição das disciplinas (química, física, biologia, etc) por uma base curricular de conteúdos ou habilidades. Ou seja, não haveria mais professor de matemática, mas alguém que ensinasse conceitos matemáticos aos alunos utilizando informática, conhecimentos esportivos ou mesmo história da arte.

Gilmar Souza Ribeiro, diretor da divisão de ensino médio da Fundação Educacional do Distrito Federal, mostra apreensão em relação à capacidade dos professores de se adaptar à nova abordagem. "Todo mundo terá que passar por um processo de capacitação para ter condições de ensinar de forma multidisciplinar", salienta ele.

Outra providência necessária: reformular os currículos dos cursos de licenciatura nas universidades, onde estão sendo formados os futuros mestres. "Não adianta mudar a mentalidade de quem já está no mercado, se o ensino superior continuar formando profissionais com uma visão obsoleta", argumenta Gilmar.

DINHEIRO

A rede pública também precisará investir na modernização de suas

estruturas físicas para atender às necessidades impostas pela reforma do 2º grau. Até agora não existe estimativa de quanto dinheiro seria necessário, pois o levantamento da situação dos colégios ainda não está pronto. Mesmo assim, os governos estaduais afirmam que não têm condições de arcar com os custos nem da capacitação dos professores e muito menos da melhoria da infra-estrutura.

O Ministério da Educação aceitou, na última reunião dos secretários de Educação, em Belo Horizonte, com a possibilidade de conseguir uma linha de financiamento junto ao Banco Mundial para bancar cursos de formação para os professores. Mas isso implicaria em uma contrapartida dos estados. "O ensino médio não é prioridade e o dinheiro disponível fica curto", avisa Gilmar Ribeiro.

A Constituição não define percentuais específicos para aplicação de recursos no 2º grau. Dos 25% da arrecadação estadual que deve obrigatoriamente ser gasto com educação, somente o dinheiro do ensino fundamental e da alfabetização de adultos está garantido pela lei.

Outro ponto reforçado pelos colégios públicos: a necessidade de aumentar os salários dos professores. "Uma pessoa que tenha a qualificação exigida pela reforma não aceitará trabalhar pelo que se oferece na rede pública hoje (os salários variam entre R\$ 250 e R\$ 1.100 no país)", prevê Gilmar Ribeiro. Ele cita a situação de muitos estados onde pessoas que ainda não concluíram o 2º grau são contratadas para dar aulas no ensino médio por falta de interesse dos profissionais com formação adequada.



Ronaldo e Karine: para ambos, o 2º grau deve continuar como está, porque prepara melhor para a universidade

VESTIBULAR

Luís Márcio Barbosa, diretor do colégio Equipe, de São Paulo, aponta outros problemas. De acordo com ele, ainda não houve definição de uma base nacional de conteúdos e habilidades para serem trabalhados pelo novo 2º grau. "Temos alguns princípios básicos para nortear o ensino, como a necessidade de se formar um aluno com raciocínio e pensamento crítico. Mas falta precisar melhor como se pretende chegar a isso", aponta Luís Márcio.

Além disso, o educador preocupa-se com a questão do vestibular. "Apesar da liberdade de se criar novos processos seletivos, dada pela LDB, as grandes universidades mudaram muito pouco nesse sentido", critica o diretor. A questão ganha especial importância nos colégios particulares. Isso porque a maioria dos alunos vem das classes média e alta e pretende fazer universidade.

Os diretores de escolas particulares não acreditam em uma transfor-

mação rápida ou radical dos processos de seleção no ensino superior. "Isso limita muito a possibilidade dos colégios de 2º grau em alterar significativamente o formato do ensino", raciocina Luís Márcio.

Apesar de todo sofrimento provocado pelo vestibular, os alunos parecem os mais receosos em relação às mudanças. Melissa Gabeira, 18 anos; Thaisa Leite, 19 anos; Silvane Oliveira, 18 anos e Fernanda Proença, 20 anos estão estudando tanto para entrar na universidade que descartam completamente a possibilidade de namorar.

"Não dá tempo, além de tirar a concentração", explica Fernanda. Elas passam uma média de nove horas diárias com a cara enterrada nos livros e dizem que estão estressadas. Mas quando a questão é mudar o currículo do 2º grau, respondem unânimes: "Não vai ser muito legal".

As vestibulandas acreditam que é preciso saber um pouco de tudo e o sistema de disciplinas permite isso.

Elas temem que um sistema mais diversificado em termos de conteúdo não ofereça uma base adequada.

Ronaldo Abdalla, 19 anos, tenta uma vaga no curso de Medicina na UnB e só pára de estudar aos domingos. Nada de farras com os amigos e bebidas. No máximo, um bate-papo, mas sem varar a madrugada.

Na visão dele, o vestibular é um desdobramento natural do atual sistema de 2º grau. E quando pensa em mudança, não gosta muito. "Pode ser que para cursos menos concorridos a liberdade de escolher algumas disciplinas seja boa. Mas quem pretende entrar em áreas de muita competição tem que saber muito de tudo", justifica ele.

Karine Farias, 19 anos, candidata a uma vaga na Engenharia Florestal, da UnB, sentada ao lado de Ronaldo, concorda: "Para passar no vestibular precisa saber todo o conteúdo que se aprende hoje no segundo grau". Ou seja, sem mudar o vestibular fica difícil transformar o segundo grau.

Espanha procura novos caminhos

El País

A discussão sobre qual deve ser o papel do ensino secundário no sistema educacional foi o centro dos debates da *XII Semana Aprender Para o Futuro*, realizada em Madrid e organizada pelo Ministério da Educação da Espanha e a Fundação Santillana, uma instituição que trabalha com recursos públicos e privados em ações educativas.

O evento contou com a presença de 300 educadores da Espanha, demais países da Europa e América Latina. Todos os participantes compartilham da opinião de que o atual formato do ensino médio europeu está ultrapassado. O objetivo do 2º grau deveria ser proporcionar uma formação geral mais aprimorada, que permitisse uma incorporação imediata do aluno na vida produtiva.

Há também um entendimento de que as discussões sobre o ensino médio podem ser um ponto importante de convergência para os países europeus. No caso específico da Espanha, o desafio é universalizar o acesso ao 2º grau. "Mas é preciso permitir uma diversidade no sistema de ensino para atender às necessidades específicas de cada comunidade", frisou José Luis García Garrido, diretor do Instituto Nacional de Qualidade e Avaliação do Ministério da Educação espanhol.

PONTE

Os participantes do seminário concordam que o ensino secundário precisa deixar de ser visto como uma simples ponte para a universidade. Nesse período, os alunos deveriam receber noções básicas de cidadania e democracia. Mas, para isso, será necessário acabar com as fórmulas pedagógicas tradicionais que preparam todos os estudantes para um único fim. O importante seria formar cidadãos com capacidade de assimilar mudanças sociais e econômicas futuras.

Os educadores querem adaptar a formação dos alunos entre 12 e 18 anos às mudanças profundas ocorridas nos últimos anos: o processo de globalização, o livre mercado e as novas tecnologias. Seria uma forma de aprender para o futuro, dizem.

Luís Garrido pediu, ainda, o fim do modelo uniformizador, dominante na Europa e América Latina. Para ele, a escola deve tratar cada aluno de forma diferenciada, reconhecendo diversos talentos no estudante e proporcionando um espaço onde ele possa desenvolvê-los. "É uma hipocrisia acreditar que todos os alunos são iguais", disparou Garrido.

NOVIDADES

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capes) está desenvolvendo um projeto piloto na área de financiamento da pós-graduação. As universidades do Pará, Lavras (MG), Viçosa (MG), Rural de Pernambuco, Escola Paulista de Medicina, Federal de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul participam da experiência. A ideia do programa é dar maior flexibilidade aos cursos administrarem seu dinheiro. Funciona assim: em vez de receber uma cota de recursos para manutenção vinculados à cota de bolsas de seus alunos, os cursos fazem um projeto de investimento independente do dinheiro das bolsas. A Capes analisa a proposta e, depois, acompanha seu andamento. Em dois anos, os resultados serão avaliados e, dependendo da conclusão, a ideia poderá ser adotada nacionalmente.

ENSINO À DISTÂNCIA

O MEC estuda novos critérios para credenciar instituições que trabalham com ensino à distância. Quando essas regras estiverem prontas, pessoas que acompanham aulas pela TV poderão obter até um certificado de conclusão reconhecido pelo Ministério. As propostas farão parte do Plano Nacional de Educação (PNE) que será apresentado ao Congresso no final de dezembro.



NA CONTRA-MÃO

Pelo menos duas pessoas lucraram com a crise das bolsas e o pacote de ajuste fiscal. Os economistas da Universidade de Campinas (Unicamp) Roberto Luis e Marcel Solimeo, autores do livro *Plano Real: pára ou continua?*, lançado no segundo semestre deste ano, nunca faturaram tanto. A procura pelo livro dobrou no Rio de Janeiro e São Paulo depois do arrocho financeiro promovido pelo governo.

